

✓

ATA DA 15^a REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia nove de novembro de mil novecentos e noventa a oito, na Biblioteca do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Nacional sob a presidência de Glauco Campello, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes o Ministro de Estado da Cultura, Francisco Weffort, os Conselheiros Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Augusto Carlos da Silva Telles, Italo Campofiorito, Joaquim de Arruda Falcão Neto, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Max Justo Guedes, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Thomaz Jorge Farkas – representantes da sociedade civil –, Luiz Fernando Dias Duarte – representante do Museu Nacional – e Suzanna do Amaral Cruz Sampaio – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Francisco Iglésias, Gilberto João Carlos Ferrez, José Ephim Mindlin, Marcos Vinícius Vilaça, Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, Modesto Souza Barros Carvalhosa – representantes da sociedade civil –, Carlos Alberto Cerqueira Lemos –, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – e José Silva Quintas, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente deu início aos trabalhos destacando as homenagens que seriam prestadas a Lúcio Costa, pela sua contribuição para a cultura brasileira, para a arquitetura do modernismo e para a fixação dos critérios técnicos e culturais que constituíram os conceitos e a doutrina do Patrimônio; e a Ayrton Carvalho, lugar-tenente de Rodrigo Mello Franco no posto avançado de Pernambuco, pelas suas qualidades morais e pela fidelidade absoluta à causa do patrimônio. Mencionou a seguir as propostas para tombamento de três importantes bens culturais: 1) **Monumento a D. Pedro I**, na Praça Tiradentes, homenagem à extraordinária figura do primeiro imperador do Brasil; o **Centro Histórico na Vila de Santo Amaro**, núcleo de colonização açoriana no interior do Rio Grande do Sul, evidência da diversidade da formação cultural do Brasil, e os pergaminhos da **Torah**, que integram o “Acervo de Documentos e Objetos de Estudo do Imperador D. Pedro II”, sob a guarda do Museu Nacional. Observou que esse documento secular, colhido pela sensibilidade cultural do segundo imperador do Brasil, representa o reconhecimento da presença dos judeus na multiplicidade étnica da nacionalidade brasileira. Após agradecer ao Conselheiro Luiz Fernando Dias Duarte a hospitalidade oferecida ao Conselho Consultivo, passou a presidência dos trabalhos ao Ministro Weffort, cujas palavras vêm transcritas a seguir: “Presidente Glauco Campello, Professor Luiz Fernando, Diretor do Museu Nacional, Senhoras Conselheiras, Senhores Conselheiros, senhoras e senhores, gostaria de mencionar as presenças do Sr. Israel Klabin, ex-prefeito do Rio de Janeiro e Presidente da Fundação Klabin, da senhora Eliane Pszczol, representante do Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, do Rabino Avraham Beuthner, do Presidente da Confederação Israelita do Brasil, do Presidente da Associação para a Restauração da

Memória Judaica nas Américas, de Professores do Museu Nacional, de funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Senhora Helena Costa, filha de Lúcio Costa. Fico muito contente de estar nesta reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional, em primeiro lugar por rever as senhoras e os senhores conselheiros que desempenham uma atividade tão importante no sentido da preservação do nosso patrimônio, no sentido da defesa de nosso patrimônio, e particularmente, nessa reunião que se realiza no Museu Nacional, porque aqui se dão três homenagens importantes. Homenagens aos arquitetos já mencionados, a começar por Lucio Costa, homenagem a Pedro I, extremamente importante, e, gostaria de ressaltar, homenagem à tradição judaica brasileira pelo tombamento dos pergaminhos da Torah, que estão no acervo do Museu Nacional como herança de D. Pedro II. Acredito que vamos chegando ao momento de nossa história em que o reconhecimento da nossa pluralidade cultural passa ser um assunto de enorme importância, de enorme relevância. Podemos nos orgulhar, nós, brasileiros, no meio dos problemas que temos vivido ao longo de nossa história, de termos desenvolvido, também, uma cultura extremamente aberta, provavelmente única em países dessa dimensão. Conhecemos países multiculturais, pluriculturais; são diversos no mundo. Estados multinacionais não são únicos, existem vários, mas poucos são os casos de países pluriculturais como o nosso, com enorme capacidade de absorção cultural. Eu diria que , apesar de sermos ainda um país socialmente excludente, podemos nos orgulhar de sermos um país culturalmente abrangente. Contudo, esta construção de uma cultura aberta e tolerante se tem feito no Brasil ao longo de décadas e o Instituto do Patrimônio Histórico tem tido um papel extraordinário neste sentido. No Brasil, ao longo de décadas, esse trabalho foi realizado sem que considerássemos necessário sinalizar, em cada caso, a diversidade das nossas origens. Com exceção de um importante discurso sobre as três raças formadoras do povo brasileiro, que um grande ensaísta brasileiro, em um momento melancólico chamou de três raças tristes, excluída essa diferenciação a respeito de nossas raízes culturais , temos sido pouco capazes de indicar a enorme diversidade, que é muito mais ampla, do que simplesmente assinalar as três raças básicas: brancos, negros e índios. Por que entre os índios existe uma enorme diversidade, entre os negros uma enorme variedade e entre os brancos também. As diversidades brancas são muitas, italianos, alemães, espanhóis e judeus; esta última vem provavelmente com o processo de formação da nacionalidade. Fiquei historicamente surpreso, visitando Toledo, antiga capital da Espanha, ao constatar que era chamada cidade cristã-moura-judaica. Por terrível que tenha sido a Inquisição, por brutais que tenham sido as discriminações naquele país, existia o reconhecimento, em uma cidade belíssima, deste caráter mouro-judiacocristão das origens da Espanha. No Brasil, a presença dos judeus em nosso processo de formação vem desde o descobrimento , passando pelas primeiras etapas do nosso desenvolvimento. Há algum tempo iniciamos um trabalho junto com a Associação de Recuperação da Memória Judaica nas Américas visando o restauro e o tombamento da primeira Sinagoga das Américas, na Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus, no velho bairro do Recife, de onde saíram para fundar primeira Sinagoga da América do Norte, em Nova Iorque. No Brasil temos ainda uma participação asiática considerável;

somos a segunda maior população japonesa do mundo, sendo que a primeira é a do Japão; temos uma presença coreana na nossa formação que é extremamente relevante. Gostaria, portanto, de assinalar a imensa alegria, presidente Glauco Campello, que tenho de estar aqui para participar desta reunião do Conselho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional para o tombamento dos pergaminhos da Torah, que assinala, além do reconhecimento da variedade da formação cultural brasileira, o reconhecimento da presença judaica, a influência judaica, a preocupação do Patrimônio Artístico e Histórico no sentido de caminhar cada vez mais não apenas para o tombamento, mas para o registro de formas culturais e imateriais que estão em nossa tradição, não como patrimônio de pedra e cal, na forma material de um prédio, de um edifício, mas que são parte substancial no nosso processo de formação espiritual. Quero me congratular com o diretor do Museu Nacional, que está aqui conosco, com o Presidente do IPHAN, com os membros do Conselho por essas homenagens que assinalam a diversidade da cultura brasileira e particularmente por estes tombamentos que devem ser realizados nesta reunião. Feitas estas considerações, passamos à ordem do dia na seqüência assinalada pelo presidente Glauco Campello". Solicitou, então, ao Conselheiro Italo Campofiorito a apresentação da sua homenagem ao arquiteto Lucio Costa, transcrita a seguir: "Esperam-se de mim algumas palavras que não tomem muito tempo, mas eu peço desculpas porque me sinto esmagado pela tarefa. É realmente difícil, não propriamente prestar uma homenagem, não demonstrar saudade e amor por Lúcio Costa, já que isso é o que eu sinto, mas por fazer-me pensar em como era Dr. Lúcio – para mim – uma pessoa considerada pelos que o viam de longe como personagem mitológica, e pelos que estavam próximos uma pessoa natural e muito simples, restando para os demais um homem de atitudes tantas vezes a parecer insólitas ou contraditórias, *peculiares*. E uma dessas atitudes era a sua recusa sistemática a toda espécie de formalidade em volta dele. Como, por exemplo, a de hoje. Tinha, entretanto, em alto grau, o senso da significação e do momento histórico. A sua recusa em atender ao acidental e ao acessório acentuou a importância de certos *gestos* seus, raríssimos, com que celebrava o essencial. Foi incógnito a Brasília, no final do Governo no JK, para agradecer, com uma *accolade*, a construção da nova capital pelo Presidente Juscelino. Foi buscar o corpo de Le Corbusier, afogado quando nadava no mar de Roquebrune, nos Alpes Marítimos, para acompanhá-lo ao velório no Convento de Santa Maria de la Tourette e às cerimônias fúnebres presididas por Malraux na Cour Carrée do Louvre. Uma vez eu tive que responder a um jornalista que pedia: – 'você conhece muito Lúcio Costa, ele está fazendo oitenta anos, me diga, num traço só, como o define.' Com a obrigação de responder, eu que não sou poeta para condensar tanto numa palavra só, acabei por dizer: – 'eu acho que ele é um *homem livre*.' O mais livre de quaisquer convenções que eu já conheci. Ele é, de fato livre de ir e vir, livre de falar quando quer, livre de dizer o que pensa, e com diferenças, conforme cada caso e circunstância, livre de trabalhar da forma que gosta. Uma espécie de pai-fundador do conhecimento da arquitetura no Brasil, seria o professor por excelência, de arquitetura portuguesa no Brasil, de arquitetura popular brasileira, de arquitetura jesuítica e barroca, de arquitetura neoclássica, de arquitetura moderna, mas, quando teve a oportunidade de ser de fato *docente*, na Univer-

sidade do Distrito Federal, em 1934/35, quando Anísio Teixeira era Reitor, e por um momento pareceu, como dizia Mário de Andrade, ‘que era o único lugar em que se respirava’ no regime político-intelectual brasileiro. Pois, na universidade de Anísio, Dr. Lúcio deu uma única aula, e nessa aula, que eu saiba – as informações sobre Lúcio Costa são sempre *lendárias* –, ter-se-ia sentado na última fileira, dando o texto que levei escrito e que é o documento inaugural da arquitetura moderna no Brasil ... a um aluno que o leu em voz alta. A única aula que ele poderia ter dado, não a proferiu. Nunca aceitou cargos no Patrimônio e, quando foi levado a ser Diretor de Tombamento, fez que não aceitava realmente o título, continuando a dizer-se um consultor de Dr. Rodrigo. Para colocar-me, pelo menos, como testemunho, reabri o livro em que, finalmente, no fim da vida, e com a ajuda de Maria Elisa Costa, ele ‘compilou’ o que, a seu ver, deveria ser conhecido. E por que, esse livro? se ele nunca quisera falar sobre a própria vida, se protegera sempre, tanto, a sua privacidade... Mas, de repente, nos vemos diante de um livro grande e grosso, com ilustrações surpreendentes. Eu acho que ele o fez porque estava realmente preocupado com o que se contaria, a partir da mitologia que deixara florescer. Ele nos deu o que Corbusier chamaria de *precisions*, pôs os pontos nos ‘ii’, nos assuntos que lhe pareciam pertinentes e deu a sua história por encerrada, embora contando muitas coisas que a gente não sabia. Eu fui ao Paço, no lançamento e, como todo mundo que comprou o livro, lá encontrei, com a sua letra tremida, o ‘muito obrigado’ de Lúcio Costa. Depois, recebi em casa um outro volume com a dedicatória: ‘para o caro fulano, inclusive companheiro de bordo’ e, por um momento, pensei que era metáfora e fiquei muito orgulhoso por esse ‘companheiro de bordo’ quem sabe da *viagem do Patrimônio*, em que eu cheguei tarde, mas cheguei, e ainda providenciei o tombamento de Brasília, a legislação que a preservou aos olhos da UNESCO. Mas, depois, lembrei-me que não, que ele estava mesmo falando ‘companheiro de bordo’, *on board The Royal Mail Liner Alcantara*, o vapor onde nos encontramos pela primeira vez. Tudo em Dr. Lúcio tinha pelo menos dois sentidos. Eis o que eu posso tomar hoje como meu tema: sempre há dois ou mais sentidos no que ele diz. E nunca são excludentes, parecendo às vezes contraditórios, mas resultando enriquecedores e surpreendentemente integráveis. Devia-se talvez essa polissemia a uma idéia dele, da qual volta e meia falava, sem que ninguém até hoje tenha prestado a devida atenção. Ele a chamava de *teoria ou lei das resultantes convergentes*. Parecia uma expressão difícil de entender, embora a nossa época intelectual esteja tão repleta de neologismos e jogos de palavras deliberadamente herméticos ou gratuitos. O fato é que comentaram-se pouco as *resultantes convergentes* de Dr. Lúcio. Estou fazendo sem querer o que ele fez no livro dele: ir seguindo, de forma que parece errática mas não é. De fato, ele projetou um Museu de Ciência e Tecnologia para a Barra da Tijuca, no tempo de um prefeito que se não fosse por esse Museu não seria nunca citado, e eu não vou nomear. Esse Museu de Ciência e Tecnologia, que não construíram, era um pouco o Museu do Homem, do ponto de vista de Lúcio Costa, conforme ele desenhou em vários croquis. O Museu mostrava o HOMEM, origem e fim do processo tecnológico. Entre o ‘macro’ (espaços siderais) e o ‘micro’ (mundo celular), o homem seria o ‘traço lúcido de união’. Depois, se mostrariam ‘As duas metades da natureza’: a que fica ao alcance da

mão e onde predomina o sentimento e a arte; e a que está ao alcance do intelecto, onde prevalecem a razão e as ciências. E, mais, a natureza e o trabalho - desde a maloca xavante até um diorama de Brasília. Vê-se, aí, o desenvolvimento científico e tecnológico como *fatalidade*, inclusive quando a sua lógica, desvirtuada, conduz ao caos. Enfim, a totalidade do processo é encaminhada pela lei... das *resultantes convergentes*, que eu quero celebrar hoje. Aproveitava para explicar uma visão do mundo que nós já tínhamos lido em um documento muito especial que redigiu quando convidado pelo *MIT - Massachusetts Institute of Technology* que completava cem anos de vida. Não é qualquer pessoa que é convidada para falar, e ainda menos um artista, naquele Olimpo da epistemologia contemporânea. Ele foi lá, entretanto, e levou um documento que na época os leitores e admiradores de *esquerda* acharam um pouco reacionário, abstrato e 'positivista'. O Dr. Lúcio diz, e é isso que ficou gravado: não será, e o diz com muita ênfase, não será por generosidade, nem por senso de solidariedade humana que se abolirá a miséria, será por imposição – imposição é uma palavra boa – será por imposição do desenvolvimento científico e tecnológico, que não somente permitirá a produção em massa, mas será forçado, também, a distribuir na mesma escala. Tal esperança é a óbvia expressão de uma *crença*, como se o pensamento lógico positivo pudesse admitir uma *fé*. Seria mais uma de suas 'contradições'. Porque Lúcio Costa é cétilo, ele diz: eu não sou nem capitalista nem socialista, nem religioso, nem ateu. Logo ele é um agnóstico. E, entretanto, ele acredita, *crê* no progresso. Ele acredita porque acha que a tecnologia e a ciência não passam de ser a 'natureza amestrada'. Foi o homem quem as fez, é para o homem que se destinam e é para o homem que vão voltar. Se o desfecho otimista não se verificou ainda é que há muitos desvios de percurso, por interesses econômicos, políticos e ideológicos, que nos levam a momentos de caos e estamos agora vivendo um desses momentos, de complexidade máxima, de caos e perplexidade, aí ele recorre à sua idéia, e diz ou uma velha lei, ou uma velha teoria minha o que poderia enfim chamar-se a lei das *resultantes convergentes*, a restabelecer periodicamente o equilíbrio. Há pouco tempo atrás, numa entrevista para a revista da FUNARTE, PIRACEMA, feita, a pedido da revista, por mim e por Alfredo Brito, resolvi perguntar a Dr. Lúcio se ele ainda pensava assim, porque, afinal, o tal desenvolvimento tecnológico prossegue e a capacidade material de produzir aumenta, mas a distribuição social nem raia no horizonte. Na ocasião ele respondeu: É, você tem razão, eu talvez me enganei. É fácil observar quantas vezes na vida ele escolheu a sua hora: ele não deu aula na universidade de Anísio mas foi à UNESCO em um momento excepcional para o Brasil. Ele tinha mesmo uma noção própria do que era essencial. Eu creio que é a única conferência da UNESCO que ainda não se pode parar de consultar de vez em quando: 'O Artista e a Sociedade' (1952). Lá, estava Blasetti pelo cinema, lá estavam Moore pela escultura, Ungaretti pela poesia e outros expoentes, além de um brasileiro, para falar sobre o arquiteto e a sociedade contemporânea. Dr. Lúcio juntou o que já tinha escrito sobre arte, arquitetura e sociedade. O seu tema seriam dois: *A Unidade de Habitação* e *O Arquiteto e a Sociedade Contemporânea*. Um, diz ele, muito específico e o outro amplíssimo. E acabou falando da habitação coletiva ou 'conjunta', como o principal problema da relação entre o arquiteto e a sociedade. E apoiou o que ele dizia nas propostas de Le Corbusier. Termina a sua exposição dizendo que o que se come-

morava ali era o momento em que o mundo, a América do Norte, o mundo do capitalismo americano e a URSS, o mundo do socialismo soviético, estavam se encontrando, podiam se encontrar, como se fossem, naturalmente, as suas *resultantes convergentes* a funcionar. Mais um caso de contradição que demonstraria a sua tese implícita: ambos os sistemas – ‘capitalista’ e ‘socialista’, pretendendo o bem-estar da humanidade, tendo isso em comum, não haveria porque não se encontrassem. Também a polaridade nuclear seria a contradição da guerra, a garantir a paz. Não foi assim que aconteceu, eu diria que em vez da convergência, nos anos 50 foi a complexidade que cresceu. Em outro momento na conferência da UNESCO ele diz, ainda, que, mesmo na arquitetura, as duas tendências históricas das concepções plásticas, ou seja, das arquiteturas que conhecemos, as duas grandes tendências que se têm sempre alternado, e cujos exemplos típicos são o gótico e o neoclássico, definindo-se, em nossa época como *orgânicos-funcionais* e *plástico-ideais*, que mesmo aí, as possibilidades proporcionadas pela ciência e pela tecnologia atuais estavam a permitir que se eliminasse a dicotomia, chegando à uma convergência dos valores... resultantes. Ele, às vezes, dividia sua vida profissional em 4 partes: um tempo pré-moderno, o tempo do Ministério, um período de pausa para estudar e o período de Brasília. Mas há mais e há o serviço do Patrimônio que nunca se interrompeu depois de 1936, há o seu plano para a Barra da Tijuca e a arquitetura de algumas residências, raras e requintadas, que projetou em seus últimos anos de aparente aposentadoria. Ele se formara em 22, então já tinha oito anos de formado em 1930, um arquiteto de amplo sucesso numa prática que ele chama de eclética, de estilos *históricos*, e o *neocolonial* sobretudo, quando ‘enjoou’ de tudo isso e quando vem a ruptura – quanta coisa no Brasil se rompe em 30 - os jornais o chamam com toda razão de ‘tenente’, representante do tenentismo nas artes, mas convocado pelo novo regime ficou pouco tempo na direção da Escola Nacional de Belas Artes, um belo dia deixou um bilhete lá pregado na porta e, que eu saiba, foi embora e nunca mais voltou. Disse depois, que o que lá não tinha feito, fora feito depois no Ministério, num segundo momento. Ele ressurgia como arquiteto moderno fortíssimo e essas casas que ele fez, as *casas sem dono*, para vender no jornaleiro, são das melhores coisas da arquitetura brasileira da época, todas entre 32 e 36, no que ele chamou de ‘ínterim’, um momento em que parou para estudar e disse depois: eu não queria mais ... enjoei, não queria fazer mais arquitetura de estilo e ninguém queria ainda arquitetura moderna... . Deixou essas casas sem dono no jornaleiro e foi estudar a arquitetura moderna mundial que importava: Mies Van der Hohe, Gropius e Le Corbusier, a obra e a doutrina de cada grupo, origens e afinidades *modernistas*. Conclui, como sabemos, que Le Corbusier era o orientador necessário, por sua tripla preocupação: artística, técnica e social. Há outro momento, de excepcionalidade, quando Capanema lhe diz que era difícil trazer Le Corbusier como consultor para o MES, dizer ao Dr. Getúlio que o trouxesse, depois de já ter convidado um arquiteto da Itália fascista, o Piacentini, para ‘modernizar’ as coisas aqui. Dr. Lúcio fez uma dessas coisas dele, forçou a barra, foi ao Getúlio, uma única vez. Está muito enganado quem confunde o modernismo com o Estado Novo. Porque na verdade os nossos Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer jamais chaleiraram o Chefe de Estado. E quando o Lúcio foi ao Catete teria sido tão

insistente, que diz que sentiu quando Capanema puxava a aba do paletó dele, assim como quem diz: ‘não insista mais com o Presidente’. Mas ele insistiu e conseguiu, Le Corbusier veio ao Brasil, e é a coisa da qual Dr. Lúcio mais se orgulha, fora naturalmente as filhas dele, as três, Maria Elisa, Helena e Brasília, é ter sido o responsável por isso. Quando penso nas tremendas consequências, assim tão fortes, deste meu insólito gesto, eu me sinto gratificado, eis o que escreveu na compilação e o que devemos hoje celebrar no período do Ministério. Pouco importam, agora, as dificuldades com a personalidade de Le Corbusier, a inesperada descoberta de Oscar Niemeyer como talento excepcional, não interessa esmiuçar quem fez o que, nem como, nem quando. Le Corbusier ficou aqui um mês, fez seis conferências, um mês e oito dias mais ou menos, voltou em agosto de 1936 e eles se juntaram naquele escritório na Rua Nilo Peçanha. Eu, que fiquei acompanhando Le Corbusier durante dez dias em 1962, quando ele veio, convidado por Darcy Ribeiro para fazer a embaixada de Malraux e a Casa da Cultura Francesa na Universidade de Brasília, aí ele já era um monstro sagrado, e o fato é que a gente ficava boquiaberto o tempo todo, o que notoriamente o deixava muito satisfeito no seu papel de profeta, *leader*, precursor e tudo o mais. Quanto ao Ministério, chegou a hora de dizer, *hoje*, o quanto Dr. Lúcio ficaria contente com o fato de que, apoiado pelo Ministro da Cultura, o Glauco conseguiu, com a Associação de Amigos, fazer a restauração do prédio onde a gente não vai mais passar e ver azulejos faltando, a cair; o prédio está restaurado, tem ar-condicionado no auditório, o prédio revive muito bem, obrigado, e sem o Presidente do IPHAN e o Ministro Francisco Weffort nada disso teria acontecido. Tendo repetido tantas coisas que, penso, trazem Dr. Lúcio aqui a nós, volto com só mais dois detalhes: a lucidez com que ele agiu sempre – eu até aprendi isso como uma fábula, na faculdade nos anos 50 – não o Lúcio Costa reconhecendo o valor de Oscar Niemeyer, ganhando o concurso para o pavilhão do Brasil em Nova York em 1939 e abrindo mão do seu primeiro lugar para Oscar. Assim seria um conto de fadas, e não foi assim exatamente o que aconteceu, nunca é assim, mas são as tais resultantes que convergem. O projeto de Oscar tinha, como já era sua tendência, aproveitado, segundo Lúcio Costa diz, a curva de nível do terreno para criar, para fazer o pavilhão com uma curva lateral tão bonita que Lúcio abriu mão do seu projeto para fazerem o definitivo juntos. As vezes ele diz: ‘levei Oscar’, ora Oscar diz ‘acompanhei o Lúcio’, e nenhum dos dois diz mais nada desse prédio que, se não tivesse sido demolido, podia ser o segundo prédio ou o terceiro mais bonito do Brasil. O reconhecimento desse valor excepcional de Niemeyer por Dr. Lúcio era notório até os anos 70, e não sei porque foi posto em dúvida ultimamente, mas não há o que discutir a respeito, neste caso não há divergências, as *resultantes* são coincidentes. Ele diz por exemplo, claramente, no seu livro, que a orientação que predominou no projeto de 39 em Nova York foi de Oscar. Em 48 ele diz: há artistas maiores e menores. Oscar Niemeyer é dos maiores. Em 50, insiste: o reconhecimento objetivo dos arquitetos estrangeiros diante de um brasileiro anônimo, que era o Oscar, capaz de transformar como num passe de mágica, qualquer programa utilitário, numa expressão plástica do mais puro refinamento, essa maneira de compreender a arquitetura de Oscar como pura, delicada, cheia de graça, sempre argumentando que ela parte, sem trocadilho, de um partido adotado - inicialmente funcional - é constante, foi o nosso ensinamento maior

com relação à arquitetura moderna, mesmo que Dr. Lúcio tenha, então, se desligado um pouco e nos diga que o período de remanso e estudo começou de fato em 37, quando ele se afasta, com duas cartas do mesmo dia, ele escreve uma para Carlos Drummond e outra para Capanema, a segunda corrigindo a primeira, numa ele diz que está adoentado (mas na nossa entrevista ele diz: ‘pretestei doença’), que está cansado, e que é melhor que a equipe prossiga sozinha, e cita a equipe por ordem de idade, na primeira carta a partir do Reidy, depois o Oscar e os outros, mas na segunda carta, que é para o Ministro, ele põe o Oscar antes dos demais, percebendo que isso evidentemente ia determinar a nomeação de um novo *leader*. Não o desnomearam da Coordenação, mas a equipe passou a ser liderada pelo Oscar. Também é curioso lembrar que essas duas cartas datam de uma semana após mensagem de Le Corbusier, declarando que viu o projeto feito *aqui* por *eles* e diz *il est beau, votre projet...* ou seja quando aquele *leader*, tão justamente vaidoso, diz claramente que o projeto é daqui, é da equipe brasileira. Na compilação final, depois do Ministério vem Brasília, mas Brasília está perto demais da gente. A história de eu ter sido ‘companheiro de bordo’, e não da aventura arquitetônica, é porque eu viajava no Alcantara de volta da Europa, aluno do primeiro ano de arquitetura, quando, por puro acaso, ganhei uma prova esportiva no convés da 2^a classe e aí uma pessoa muito *civilizada*, extremamente européia, atravessou o tombadilho e disse: ‘bravos, bravos’ – era Lúcio Costa, que eu conheci assim, absurdamente cumprimentado e é por isso que sou, ‘inclusive companheiro de bordo’. Na verdade, eu nunca consegui chamá-lo de ‘Lúcio’, como Augusto Meyer, que eu sempre chamei de Dr. Augusto, não conseguindo dizer Augusto, não sei porque ... mas cada pessoa é de um jeito. Oscar Niemeyer foi sempre ‘Oscar’ para mim. Enfim, estou certo de que a gente não pode compreender certas posturas de Lúcio Costa sobretudo as suas constantes contradições, se não pensar que ele achava que assim era a vida, cheia de circunstâncias geradoras de direções diferentes, como em física, promovendo resultantes que, ele acreditava, haviam de convergir e trazer de novo a tranquilidade... Termina o seu livro reafirmando ... não tenho o menor vislumbre de religiosidade, sou por conseguinte uma prova ambulante de que a religiosidade não é inerente ao homem, é uma simples decorrência da sua insatisfação de ser ele apenas – apenas – e nada mais, o remate da Evolução. Mas escreve ‘Evolução’ com E maiúsculo. Não sou capitalista nem socialista, nem sou religioso nem ateu, acredito simplesmente na minha velha teoria das resultantes convergentes. Não o repetiu à toa, e eu, pelo menos, o registro aqui. Para não tomar mais o tempo de ninguém, com algo que é muito maior do que eu, lembro finalmente a citação que está na orelha primeira do livro, à esquerda, em que, ao mostrar como que ele achava que a vida sobrevive à morte, ele nos cita em francês: *Quand tout change pour toi, la nature est la même et le même soleil se lève sur tes jours; quando tudo muda para você, quando tudo parece que vai acabar, ele devia estar pensando na perda da mulher dele e nós na dele, a natureza continua a mesma, e é o mesmo sol que se levanta sobre os teus dias.* E assim é. Muito obrigado”. O Conselheiro Joaquim Falcão, desculpando-se pela necessidade de retirar-se, associou-se à homenagem que seria prestada ao arquiteto Ayrton Carvalho e declarou seu voto favorável ao tombamento da Torah. O Presidente solicitou ao Conselheiro Silva Telles o seu testemunho sobre o arquiteto Ayrton Carvalho, transscrito a seguir: “Acabamos de perder, nos pri-

meiros dias do mês de julho, um amigo, companheiro incomparável, Ayrton de Almeida Carvalho que, por cerca de cinqüenta anos, foi o responsável pela preservação do acervo cultural do Nordeste. Nascido no Recife em vinte e seis de dezembro de 1913, formou-se engenheiro em 1938, pela então Escola de Engenharia de Pernambuco. Antes mesmo de se formar (1936-37), trabalhou como auxiliar técnico na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, quando acompanhou as obras das edificações projetadas pelo arquiteto Luiz Nunes (responsável pela renovação da arquitetura no Nordeste): Caixa-d'Água de Olinda e o Laboratório de Anatomia da Escola de Medicina, hoje sede do IAB-PE. Nessa atividade, conviveu com o calculista Joaquim Cardozo, com o arquiteto Fernando Saturnino de Brito e com o paisagista Burle Marx. A partir de 1939, iniciou sua carreira no antigo SPHAN e, a partir do Decreto de 1946 que organizou o Patrimônio Histórico e criou a Diretoria Regional com sede no Recife, foi nomeado seu Chefe. Exerceu esta função até sua aposentadoria em 1981, dela se afastando definitivamente por volta de 1988-89. Durante esse longo período, trabalhou intensamente, realizando obra extensa em praticamente todas as edificações sob o seu encargo. Obras que foram realizadas com a melhor técnica e apuro arquitetônicos, apesar de ter contado com pouquíssimos funcionários. O único auxiliar permanente (seu braço direito) foi o Mestre José Ferrão Castelo Branco (o Ferrão), com quem coordenou as equipes de operários e de oficiais mecânicos. Desse conjunto de cerca de uma centena de obras, queremos destacar algumas como excepcionais: fortes Santa Catarina em Cabedelo e dos Reis Magos em Natal; Igreja da Madre de Deus no Recife, principalmente a restauração da capela-mor, após o incêndio que quase a destruiu totalmente; Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Guararapes; Igreja e Mosteiro de São Bento em Olinda; igrejas e conventos de Santo Antônio do Recife, de Olinda, de João Pessoa e de Marechal Deodoro; Sobrado Grande da Madalena (atual sede do IPHAN) no Recife. Em algumas dessas obras, Ayrton contou com o auxílio do engenheiro Raimundo Oliveira, quando utilizou o concreto armado para a consolidação e armação dos telhados, em substituição da madeira, visando a perenidade das obras de restauração – sistema inovador na época, apesar de admitido na Carta de Veneza. Uma outra faceta da atuação de Ayrton foi a iniciativa de criar ‘Os Amigos da DPHAN’, através dos quais realizou uma série de publicações, na sua maioria com textos de José Antônio Gonsalves de Mello, baseados em pesquisas realizadas pelo mesmo para o Patrimônio: Antônio Fernandes de Matos (1957), Capela Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira (1959), Azulejos holandeses no convento de Santo Antônio do Recife (1959). Este último com texto de Santos Simões sobre azulejos recém-descobertos; A lição de Rodrigo (1969), coleção de depoimentos em homenagem aos 70 anos de Rodrigo M. F. de Andrade. Em 1979, em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco, publicou: Igrejas, casas e móveis, coletânea de artigos de Robert Smith sobre as artes do Nordeste. Com a criação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, Ayrton iniciou outra série de cinco publicações (1976-85): coletâneas de documentos e iconografia sobre o Brasil holandês, a restauração pernambucana e, em especial, sobre as batalhas de Guararapes, com análise histórica de José Antônio Gonsalves de Mello. Ayrton foi elemento catalizador na área cultural do Nordeste, apesar de sua extrema modéstia e horror à exibição

e projeção social. A sede da repartição – acanhada casa térrea na Rua da União, até a década de 70 – era assiduamente freqüentada por toda uma elite cultural: José Antônio Gonsalves de Mello, José Maria de Albuquerque (Diretor do Museu do Estado), Luiz Delgado, Mauro Mota, Abelardo Rodrigues, Vicente do Rego Monteiro, assim como Aloisio Magalhães e Gastão de Holanda do ‘Gráfico Amador’, que recebeu sempre apoio de Ayrton. Além desses, muitos arquitetos foram auxiliares e amigos de Ayrton e do IPHAN, como Armando Holanda, Élvio Polito, Geraldo Gomes, José Luiz Mota Menezes, Vital Pessoa de Melo. Dois arquitetos chegados ao Recife no final de 1951 – Acácio Borsoi, vindo do Rio, e Delfim Amorim, vindo do Porto – foram convidados a utilizar os fundos da casa da Rua da União para aí instalarem seus escritórios provisórios; professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco, prestaram serviços ao IPHAN. Ayrton era um homem íntegro, no sentido absoluto deste termo, amigo fiel dos amigos. Como disse Lucio Costa, era ‘marcado pelo zelo e dedicação à causa pública, e pelo entranhado empenho de garantir a sobrevivência do testemunho histórico autêntico e da beleza vetusta’. De gênio por vezes arrebatado, notadamente quando constatava intenções espúrias em atos atentatórios aos bens culturais ou a amigos. Zulmira, sua mulher e companheira de toda a vida, constituía sua âncora de apoio e de refúgio doméstico. Augusto C. da Silva Telles. Agosto de 1998.” O Ministro da Cultura, considerando a presença de convidados que deveriam viajar ainda naquela tarde, alterou a ordem dos processos em pauta, concedendo a palavra ao Conselheiro Luiz Fernando Dias Duarte para emitir o seu parecer sobre a proposta de tombamento da **Torah constituída por nove rolos em pergaminho, que integra o acervo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a classificação de ‘Manuscritos IVRIIM’ - Processo nº 1.425-T-98**, transcrito a seguir: “Trata aqui o presente processo do tombamento de um bem móvel composto por nove rolos de pergaminho, contendo versões manuscritas em hebráico do Pentateuco (ou Torah), com antigüidade presumida entre 400 e 1000 anos. Presume-se que esses rolos tenham pertencido ao Imperador Pedro II, por se encontrarem junto à sua coleção de objetos da cultura clássica depositada no Museu Nacional. Presume-se que sejam de proveniência egípcia, embora – por diversas características técnicas – seja levantada a hipótese de uma origem iemenita. Os diversos pareceres técnicos constantes do processo de tombamento (Perez, R. & Cherfan, 1997; Stauber, 1997; Beuthner, 1998; Pinheiro da Silva, 1998; Barroso, 1998) são unâmines em considerar fidedignas as informações acima e em atribuir ao referido bem uma alta qualidade cultural. O parecer favorável ao tombamento assinado por Cláudia M. G. Barroso, como Chefe da Divisão de Estudos de Acautelamento, mereceu inclusive o endosso da Diretora do DEPROT, Márcia Genésia de Sant’Anna. Deve-se ressaltar que o bem em questão – pela sua muito especial raridade – foi objeto de desentranhamento do processo de tombamento do ‘Acervo de Estudos do Imperador Pedro II’ (Proc. 1.422-T-98), ora em curso no IPHAN. Das informações disponíveis no processo depreende-se que esses fragmentos do Pentateuco configuram um bem de interesse histórico nacional, tanto quanto de interesse arqueológico ou bibliográfico universais. Trata-se de bem de interesse histórico nacional por constituir testemunho da particular disposição cultural e científica de Pedro II, Imperador do

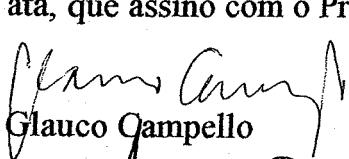
Brasil por 48 anos. Para a então jovem nação brasileira, os múltiplos empreendimentos pessoais do Imperador no sentido da promoção da cultura tiveram um papel crucial no horizonte de ilustração e civilização que finalmente se abria para as suas elites, antes tolhidas pelo regime colonial. As iniciativas mais propriamente pessoais (como a aquisição de objetos preciosos oriundos de outras culturas) não podem ser separadas dos empreendimentos mais públicos, institucionais, que marcaram aquele longo e profícuo reinado. O bem em questão dá testemunho inclusive de um aspecto muito particular da erudição do Imperador: o seu conhecimento e domínio da língua e cultura hebraicas; em parte vinculado ao desenvolvimento da hermenêutica bíblica , em parte vinculado ao fascínio oitocentista pela Antigüidade em geral. É inseparável dessa vinculação com a ilustração do Segundo Império o caráter intrínseco do bem em questão: era por tratar-se já então de documento venerando da cultura judaica que se impusera a aquisição do Imperador. As qualidades desses pergaminhos, que hoje podem ser certamente melhor avaliadas e descritas, não escaparam aos manipuladores do circuito de bens culturais do século XIX, tendo-se-lhe já então adjudicado o alto valor que os recomendariam à integração numa coleção duplamente prestigiosa: a de um eminente erudito que era também a do Chefe de uma Casa Imperial. Não se pode deixar de mencionar ainda que a presença de um documento tão precioso da cultura judaica no corpo de uma coleção histórica brasileira evoca a importância da contribuição de tão numerosos portadores daquela cultura ao caldeamento específico de tradições que ensejou a nossa própria formação nacional. Proponho, por todos esses motivos, que o Conselho Consultivo do IPHAN acolha a proposta de tombamento do bem em questão, com as implicações advindas da regulamentação legal desse ato administrativo. Museu Nacional, 20 de outubro de 1998. Luiz Fernando Dias Duarte” Colocado em discussão pelo Presidente, a Conselheira Maria Beltão, após congratular-se com o Museu Nacional por este importante tombamento, do seu Diretor ao seu mais humilde funcionário, desejou destacar a coleção egípcia do Museu Nacional que, no seu entendimento, tem uma grande importância bíblica. Parte de um grande acervo anteriormente transferido para a Argentina por Nicolau Fiendo e não integralmente vendido naquele país, foi adquirida por D. Pedro I e , atualmente, integra o patrimônio do Museu Nacional. Informou que esta coleção, composta por 732 peças, foi objeto de acurada estudo que realizou juntamente com o arqueólogo Kenneth Kitchen. Destacou três aspectos importantes: 1) a existência de uma múmia com a cabeça e os membros enfaixados separadamente, um dos sete exemplares existentes no mundo; 2) o resgate integral do Hino a Osiris, do qual só eram conhecidos fragmentos; 3) uma estela de pedra de 1850 AC, portanto da 12^a dinastia, na qual está registrado o nome de um homem chamado Umini , asiático de grande poder junto ao Faraó, levantando a hipótese de tratar-se de José. A Conselheira Suzanna Sampaio observou que o tombamento da Torah valoriza a nossa pluralidade cultural e racial, como enfatizou o Ministro. Propôs que o magnífico estudo apresentando prosseguisse também em resultantes convergentes para o esclarecimento da origem precisa dos pergaminhos e a fixação da sua idade, através de exame por carbono quatorze. Considerou estes estudos um reconhecimento da cultura e da presença dos judeus na América que merecem ser lembrados nas comemorações dos quinhentos anos

dos Descobrimentos. Lembrou que os judeus de origem ibérica ficaram absolutamente invisíveis, guardando zelosamente suas tradições e práticas religiosas, particularmente na época da segunda guerra mundial, pelo temor perseguições. Destacou a importância da miscigenação do povo brasileiro resultando em uma sociedade onde convivem todas as religiões. O Conselheiro Thomaz Farkas declarou-se honrado em participar, pela primeira vez de uma reunião do Conselho Consultivo e extremamente emocionado com as manifestações de simpatia, democracia e princípios convergentes. O Dr. Israel Klabin pediu a palavra para lembrar o interesse de D. Pedro II pela cultura judaica e para reiterar ao Ministro Weffort e ao Conselheiro Luiz Fernando Dias Duarte o seu oferecimento de trazer especialistas do Museu de Jerusalém para colaborar nos estudos a serem desenvolvidos a fim precisar a data e a origem dos pergaminhos em questão. Colocada em votação, a proposta de tombamento dos pergaminhos da Torah foi aprovada por unanimidade. Concluindo, o Ministro passou a condução dos trabalhos ao Presidente Glauco Campello, que solicitou ao Conselheiro Italo Campofiorito a apresentação do seu parecer sobre a proposta de tombamento do **Monumento a D. Pedro I, na Praça Tiradentes** - Processo nº 1.173-T-85 -, transscrito a seguir: "Sr. Presidente. Em março passado, tive a satisfação de ver aprovado por este colegiado, na presença do Excelentíssimo Sr. Ministro da Cultura, Professor Francisco Weffort, meu parecer favorável ao tombamento do antigo Solar do Barão do Rio Seco, situado na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. Efetivou-se o tombamento, com a homologação do Ministro e o bem está hoje devidamente inscrito por seu valor histórico e artístico. A principal razão que motivou meu parecer foi ser o Solar um derradeiro testemunho de uma praça com interesse excepcional para a compreensão e vivência da evolução urbana do Rio de Janeiro. Na verdade, embora complementada pelo caminho que, do Passeio Público levaria a Botafogo e às praias oceânicas, a direção original de crescimento da cidade subiu do Largo do Paço no sentido do futuro Campo de Santana. Ao longo dessa linha de penetração, como é típico da colonização portuguesa, abriram-se 'campos', delinearam-se largos, formaram-se praças. Assim, bem no meio do caminho e, por mais de um século, no *centro da cidade*, o Campo ou Largo dos Ciganos chegou a ser Praça da Constituição, antes de chamar-se Praça Tiradentes. Por esse palco da vida carioca passou a história de palacetes, teatros e gafieiras; nossos dois Imperadores, a Imperatriz Leopoldina, os Andradas, a Marquesa de Santos, o riquíssimo Barão do Rio Seco, Grandjean de Montigny e seus companheiros da Missão Francesa, os artistas e estudantes que buscavam a Imperial Academia de Belas Artes; vadios, boêmios, jornalistas, revolucionários, senhores e senhoras burguesas a buscar, nas adjacências, a Rua da Carioca e seus cinemas, ou o Largo de São Francisco, as livrarias da Rua do Ouvidor, as sorveterias Lalé e Cavé... são infinitos os personagens do romance social que já encarnaram o contexto urbano agora contemplado por projeto de revitalização do Ministério da Cultura com o apoio do Banco Internacional de Desenvolvimento. Do ponto de vista do nosso IPHAN, parece que só faltaria – *last but not least* – a estátua eqüestre de D. Pedro I, inaugurada em 30 de março de 1862 pelo Imperador D Pedro II, para comemorar o aniversário da Constituição outorgada pelo primeiro imperador do Brasil em 24 de março de 1824. Quanto à história, à arte, o engenho, a densidade semântica, e

a carga simbólica que explicam e tingem de valor o monumento em pauta, nunca vi documentação tão farta como a que alimenta este processo. O principal texto, é sem dúvida, o estudo do pintor e professor Alfredo Galvão, publicado no *Boletim da Escola Nacional de Belas Artes* em 1962. Todo processo é, aliás, exemplar. Começa em 1985 por carta de Américo Jacobina Lacombe, cuja cadeira deste Conselho creio ter a honra de ocupar, e despacho do nosso companheiro Augusto da Silva Telles. Foi motivado pela justa reclamação do Sr. Manoel da Silva Verdial, com apoio do Deputado Estadual Fernando Bandeira, ambos integrantes da Associação de Moradores do Centro do Rio e saudosos companheiros de luta pela implantação do Corredor Cultural. Sempre no sentido de restaurar e proteger o monumento escultórico, sucedem-se os apoios de Fernando Burmeister e Sabino Barroso, então arquitetos da 6^a DR/ SPHAN, de Glauco Campello, então Diretor da 6^a, bem como da escritora Rachel Jardim, na Direção do Patrimônio Cultural da cidade, e da arquiteta Dina Lerner, Diretora do INEPAC, a lembrar que a nossa estátua eqüestre já fora tombada pelo Estado em 1978. Revejo as assinaturas favoráveis de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Paulo Sérgio Duarte e a minha própria. Voltando à documentação nuclear de Alfredo Galvão, recomendo a sua leitura para relembrar a história, autoria *compósita*, e o valor artístico do monumento escultórico em questão. A *petite histoire* é irresistível, quando nos faz compreender que através de peripécias ostensivas ou implícitas, o principal personagem artístico em ação – Manoel de Araújo Porto Alegre, Diretor da Academia Imperial de Belas Artes – fez parte da Comissão Julgadora, retirou-se em tempo, e reconheceu mais tarde, em seu diário, haver inspirado ('o desenho não era meu, mas, sim, a idéia geral ...') o projeto vencedor com risco do pintor João Mafra e a execução escultórica do francês Louis Rochet, terceiro colocado mas de quem nos diz o professor Galvão na nota '9' do seu texto: 'É sabido que L. Rochet introduziu algumas modificações no desenho de Mafra, ao executá-lo'. Não resisto a notar que estou juntando ao presente processo a datilografia original de Alfredo Galvão para o Boletim da ENBA, encontrada há uma semana nos arquivos que herdei de meu pai, o professor Quirino Campofiorito, colega de Galvão nos estudos e na Congregação da ENBA. A nota '9' foi acrescentada à mão, logo acima da última linha referente aos desenhos que se atribuem às intervenções de Rochet (não assinadas, mas arquivadas na velha Escola). A reprodução de foto que figura no livro *A fotografia no Brasil*, de Gilberto Ferrez, mostra o Palacete Rio Seco, à esquerda. Mostra, também, como todas as outras que ilustram este processo, o garbo e a elegância com que, nos limites impostos pela postura acadêmica que condiciona a criatividade dos três autores – o que *imaginou*, o que *riscou* e o que *esculpia* – se ergue o brado de bronze que a lenda histórica atribui a D. Pedro I. Ao pé do monumento, os grandes rios brasileiros são representados por iconografia indígena. O cavalheiro montado, para quem o vê ao vir da *cidade*, estrutura-se em diagonal que vai da Constituição, que o príncipe levanta com o braço direito, até a pata direita do cavalo que se apoia no solo, enquanto a outra pata dianteira se ergue, na melhor tradição das estátuas eqüestres, desde o Coleone de Verochio em Veneza, até, digamos, o D. João VI, de B. Feijó, que veio de Portugal com a esfera armilar à destra e destaca-se em sólida volumetria na atual Praça XV, diante do mar. Por tudo isso, trago, através de V.Sa., à apre-

ciação do Conselho Consultivo deste Instituto, o meu parecer favorável ao tombamento da estátua eqüestre de D. Pedro I, situada na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, nos termos dos pareceres da museóloga Glaucia Côrtes Abreu e da Chefe da Divisão de Proteção Legal do DEPROT, Dra. Claudia Girão Barroso. Italo Campofiorito". O Conselheiro Angelo Oswaldo pediu a palavra para recordar a polêmica que eclodiu no país naquela época, quando já se discutia intensamente a adoção do regime republicano no Brasil. Destacou a atuação de Teófilo Otoni registrada por Paulo Pinheiro Chagas em seu livro *Teófilo Otoni, Ministro do Povo*, sugerindo a anexação ao processo do capítulo relativo ao movimento de oposição ao monumento, proposta acolhida pelo Presidente. Colocado em votação, o pedido de tombamento em tela foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente deu a palavra ao Conselheiro Silva Telles para a apresentação do seu parecer sobre a proposta de tombamento do **Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro**, no Rio Grande do Sul, - Processo nº 1.376-T-96. O Conselheiro Silva Telles, inicialmente, destacou o tombamento recente de Icó, no Ceará, e de Laranjeiras, em Sergipe, ambas com uma arquitetura que tem sido chamada de vernacular; arquitetura não erudita; segundo Mário de Andrade, não sabida; e segundo Lúcio Costa, de uma enorme saúde plástica. Prosseguindo, apresentou o seu parecer, transscrito a seguir: "Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. O processo em questão, referente ao conjunto urbano arquitetônico, de valor histórico, da Vila de Santo Amaro, Município de General Câmara, no Estado do Rio Grande do Sul, foi apresentado, de forma clara, com exaustiva documentação gráfica e fotográfica, pelo atual responsável, pela 12^a Coordenadoria Regional do IPHAN. O processo tem por objetivo propor o tombamento de 14 (quatorze) edificações residenciais e da igreja matriz, assim como a declaração de uma área de entorno para a preservação da trama urbana e da paisagem entre a Vila e o Rio Jacuí. Do processo constam pareceres técnicos do engenheiro e historiador de arte Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, das arquitetas Helena Mendes dos Santos e Claudia Girão Barroso – todos do DEPROT – além das 'diretrizes' para a ocupação do núcleo histórico, elaboradas pelo arquiteto Décio Rigotti, da 12^a Coordenadoria Regional do IPHAN. Consta igualmente do processo parecer jurídico da advogada Teixeira Beatriz da Rosa Miguel. Cumpre ainda ressaltar que o Sr. Prefeito e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de General Câmara, através de cartas, declararam ser de interesse municipal o tombamento em questão. Analisando o processo através da documentação fotográfica e dos elementos gráficos – planta do conjunto e levantamento das edificações – ficamos de pleno acordo com o tombamento proposto das edificações residenciais e da igreja matriz assim como a definição de entorno do conjunto urbano. Essa vila é característica dos assentamentos da segunda metade dos setecentos feitos por casais açorianos em solo gaúcho: núcleo com trama reticulada, à beira do rio, com polo focal definido pela matriz, tendo uma área livre em seu entorno, assente em uma elevação, à semelhança de outros que, lamentavelmente, descharacterizaram-se com o desenvolvimento, como os de Triunfo, Rio Pardo, Cachoeira do Sul e o de Taquari, que visitamos há cerca de dez anos com o nosso colega Júlio Curtis. Julgamos, no entanto, salvo melhor juízo, que se deva acrescentar aos objetos de tombamento específico, toda a área em volta da matriz e igualmente a praça fronteira, contornadas ambas

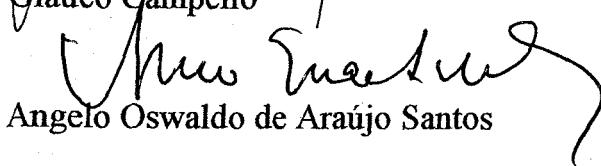
pelas Ruas Demétrio Ribeiro, Tomás Pereira, Liberdade e Ernesto Alves. Estamos profundo isto, apesar de estes logradouros já fazerem parte da área a ser definida como entorno, pelo significado desta área como centro e núcleo da vila, e que constitui o espaço envoltório e valorizador da matriz e da maior parte das edificações a serem tombadas. 5 de novembro de 98. Augusto C. da Silva Telles. Conselheiro". Colocado em votação, o parecer do Conselheiro Silva Telles foi aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta, o Conselheiro Luiz Fernando Duarte pediu a palavra para fazer o seguinte pronunciamento: "Sr. Ministro, Senhores Conselheiros, gostaria de registrar rapidamente o júbilo do Museu Nacional em acolher nas suas dependências esta 15^a Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; registrar a particular satisfação de ver reconhecida nesta reunião, mais uma vez, a importância muito grande das coleções científicas guardadas nesta instituição e o seu potencial cultural e educativo para a nação. Gostaria de registrar também a satisfação do Museu em que essa reunião tenha sido parcialmente presidida pelo Sr. Ministro que é particularmente atento e cuidadoso com o patrimônio guardado nesta Instituição, neste Museu que ele tem procurado ajudar na medida do possível, das limitações da administração federal. Espero que seja um bom augúrio para todos nós, para o Museu e para o IPHAN, que essa reunião se faça sob a sua presidência nesta casa, nesse final de ano, face ao ano difícil que se avizinha dada a crise financeira do Estado. Espero que isto signifique que estaremos todos juntos para enfrentar a borracha mais uma vez. Muito obrigado". O Presidente agradeceu as perspectivas que o Ministro tem aberto à ação do IPHAN ao ampliar o seu campo de trabalho com ações que abrangem uma gama bastante ampla na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Agradeceu, ainda, o carinho e a atenção dedicados ao IPHAN, evidenciados pela assiduidade com que tem comparecido e honrado as reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. O Ministro Weffort expressou a sua alegria em participar, mais uma vez, ao lado do Presidente Glauco Campello, de uma reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, no Museu Nacional, Instituição com a qual tem antigos vínculos de afeto, e em presenciar os tombamentos realizados, associando-se, ainda, às homenagens aos mestres da arquitetura brasileira. Concluiu opinando que não devemos nos assustar com o que virá no futuro e afirmou que o mundo da cultura deve se abrir. Lembrou a existência de um relógio na praça da Cidade Universitária, em São Paulo, tendo em volta a seguinte frase: "no mundo da cultura o centro está em toda parte". Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os demais membros do Conselho.



Glauco Campello



Anna Maria Serpa Barroso



Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Augusto Carlos da Silva Telles

Italo Campofiorito

Joaquim de Almeida Falcão Neto

Luiz Fernando Dias Duarte

Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

Max Justo Guedes

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

Suzanna do Amaral Cruz Sampaio

Thomaz Jorge Farkas